

**S ANOS CRESCENDO, PARA
MELHOR NOSSA TERRA.**



POLÍTICA ECONÔMICA

Economia-Brasil

O momento de tentar um programa completo de estabilização da economia

por **Claudia de Souza**
de São Paulo

Um congelamento de preços de não mais do que um mês e uma indexação "exposta" dos salários, com reajustes semestrais, acompanhados de um esforço maior de ajuste fiscal — garantindo menores gastos públicos para 1991 e o aumento da arrecadação tributária por meio da eliminação imediata de todos os subsídios e isenções e o controle da evasão fiscal — e a continuação da atual política monetária austera. Esta é, em grandes linhas, a sugestão do professor Rudiger Dornbusch, professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT), para dar base à armação de um pacto social no Brasil.

Dornbusch, que esteve em São Paulo na sexta-feira, participando de um seminário de direito e economia, repisou sua tese de que embora o presidente Fernando Collor, ao ser eleito com índice tão alto de popularidade, tenha perdido sua grande chance de estabelecer um diálogo fácil e produtivo com os sindicatos, o atual momento seria oportuno para tentar, pela primeira vez, um programa completo de estabilização da economia.

Em vez de, como aconteceu em tentativas anteriores, tentar uma parte de cada vez ou, como no caso deste governo, adotar uma política econômica pendular, como ele diz, indo do congelamento para o aperfeiçoamento ortodoxo, seria possível agora tentar a dose inteira: uma política de rendas centrada no controle temporário de preços do setor público, das empresas e do fator trabalho; uma política monetária austera, cujo efeito recessivo seria contrabalançado pela existência de um colchão de acerto nos salários e nos preços; a intensificação do ajuste fiscal, como controle da evasão do pagamento de impostos e a eliminação imediata de quaisquer subsídios e isenções; efetiva reforma do comércio exterior, em que seja eliminada a defasagem cambial, potencialmente inflacionária, e onde seja estabelecida uma tarifa alta mas uniforme para todos os produtos importados.

No front da renegociação da sua dívida externa, o País deveria, na opinião do especialista, garantir que

as idas e voltas ruidosas de negociações anteriores — que a seu ver deixaram o Brasil na situação desfavorável e, a cada dois anos, pagar demais ou de menos, criando mais ruidos e dificuldades do que concessões práticas por parte dos credores — não se repitam e que o País negocie para pagar a menor quantia possível, dada a necessidade, já que precisa estabilizar sua economia, de aumentar sua receita e diminuir seus pagamentos.